

Mais ideologia, menos eficiência

A hiperglobalização deixou a produção industrial dependente do transporte de insumos e de produtos acabados - de aviões e navios aos mais sofisticados equipamentos digitais e medicamentos. Alguns países aprofundaram suas vantagens comparativas na oferta de “commodities”, como os sul-americanos e africanos, outros se especializaram na produção de componente de maior valor agregado e menor custo relativo de produção, como os países do leste asiático. Do lado do consumo, a abertura comercial generalizada e o aumento desproporcional dos rendimentos dos segmentos no topo da distribuição da renda estimularam a demanda por bens com alto conteúdo tecnológico. Foi o auge do modelo neoliberal de libere mais, privatize mais e regule menos.

Um dos impactos mais fortes da pandemia sobre a economia foi a ruptura dessas cadeias globais de valor. Dois movimentos surgiram como respostas à interrupção do transporte global. Um, a busca por países fornecedores mais próximos, “nearshoring” e/ou alinhados politicamente, “ally-shoring”; e o outro foi o retorno da intervenção estatal via “políticas industriais”, conforme registraram Réka, Juhász e Rodrik (“The New Economics of Industrial Policy”).

Paralelamente, o mundo enfrenta crises provocadas pela exploração desmedida de recursos naturais e pela concentração desenfreada da renda, entre países, regiões e pessoas.

É nesse contexto que a Política Industrial do governo Lula, lançada nesta semana, sem a presença dos ministros da Fazenda e do Planejamento, precisa ser avaliada.

As seis missões da Nova Indústria Brasil merecem ser louvadas, pois tratam de desafios atuais a serem seriamente enfrentados, como segurança alimentar, acesso à saúde, bem-estar nas cidades, transformação digital e produtividade, descarbonização e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais. Boas intenções sem opositores sérios.

As questões fundamentais estão, contudo, nos detalhes do “como fazer.” Nesta coluna, no dia 5/1, com “Aqui não se faz o certo”, eu já havia alertado sobre o governo valer-se da oportunidade para voltar ao passado, com medidas protetivas à ineficiência da indústria brasileira, como subvenções, créditos subsidiados e tributários, compras diretas, barreiras à importação e escolhas de setores beneficiados. Adeus competitividade e metas fiscais.

Por fim, uma pergunta trivial, para a qual a velha nova política industrial não tem resposta: como promover a economia verde em um país que é, simultaneamente, o sexto maior produtor de petróleo do mundo e o sexto maior emissor de CO₂? A retomada da Refinaria Abreu e Lima expõe a dissonância.

A oportunidade é para novas e criativas ideias, não para repetir o passado. Mas, guiada pela tacanha miopia ideológica e corporativa, política industrial, no Brasil, significa libere menos, privatize menos e regule mais.

Paulo Paiva

(Coluna em O tempo, 26/1/2024, pp.).